

7 — Matéria das Provas

Referência A

Prova Escrita de Conhecimentos

Lei n.º 169/99 de 18/09 alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01; Estrutura e organização dos serviços municipais, publicada no apêndice n.º 87 do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 30/06/2004; Decreto-Lei n.º 24/84 de 16/01 e suas alterações; Decreto-Lei n.º 100/99 de 31/03 e suas alterações; Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91 de 15/11, com a redacção do Decreto-Lei n.º 6/96 de 31/01); Código dos Contratos Públicos; Lei das Finanças Locais; Princípios Deontológicos da Função Pública (Carta Ética).

Prova Prática de Informática

Software utilizado: Windows e Microsoft Word.

Referência B

Prova Escrita de Conhecimentos

Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01; Estrutura e organização dos serviços municipais, publicada no apêndice n.º 87 do D.R. 2.ª série, n.º 152, de 30/06/2004; Decreto-Lei n.º 24/84 de 16/01; Decreto-Lei n.º 100/99 de 31/03 e suas alterações; Constituição da República Portuguesa.

Bibliografia:

Rodrigues, Jorge; “Guia Artístico de Avis”; Câmara Municipal de Avis; 1993.

Costa, A. Carvalho; “Avis, suas freguesias rurais”; Edição da Câmara Municipal de Avis; 1982.

8 — Composição do Júri

Referência A

Presidente: Nuno Paulo Augusto da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Avis;

Vogais efectivos: José Francisco Cordeiro Bicha, Chefe de Divisão Municipal (Administração Geral) do Município de Avis e Manuel Bento Croca Piteira, Chefe de Secção (Administrativa) do Município de Avis;

Vogais suplentes: José Manuel Ferreira Correia, Vereador da Câmara Municipal de Avis e Anabela Calhau Pires Canela, Técnica Superior de 2.ª classe (Jurista) do Município de Avis.

Nota: O Presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal suplente, José Manuel Ferreira Correia.

Referência B

Presidente: Nuno Paulo Augusto da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Avis;

Vogais efectivos: Elvira de Jesus Beira Traquinas Costa, Vereadora da Câmara Municipal de Avis e Ana Maria Marques Balão, Técnica Superior de 1.ª classe (Sociologia) do Município de Avis;

Vogais suplentes: José Francisco Cordeiro Bicha, Chefe de Divisão Municipal (Administração Geral) do Município de Avis e Telma Margarete Cardiga Bento Silva (Técnica Superior de 1.ª classe — Professora do Ensino Básico — 2.º ciclo — variante Matemática e Ciências da Natureza) do Município de Avis.

Nota: O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal efectivo, Elvira de Jesus Beira Traquinas Costa.

9 — Aos presentes concursos são aplicadas as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11/07, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99 de 25/06 e Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18/12, alterado e republicado pela Lei n.º 44/99 de 11/06, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/99 de 30/12 e demais normas aplicáveis.

10 — Formalização das candidaturas

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Avis, o qual bem como a documentação que o deva acompanhar poderá ser entregue pessoalmente neste Município ou remetido por correio, com aviso de recepção, para Apartado 25, 7480-999 Avis, expedido até ao termo do prazo fixado, no qual deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, estado, profissão, Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão);
- Habilitações literárias;

c) Identificação da categoria, entidade onde presta serviço, natureza do vínculo e escalão em que se encontra posicionado, bem como menção do lugar a que se candidata, fazendo referência ao *Diário da República* em que foi publicado;

d) Classificação de Serviço/Avaliação de Desempenho referente a três anos, com o mínimo de *Bom*.

11 — Documentos necessários para formalização das candidaturas
Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- Declaração do Serviço de origem autenticada, em que se especifiquem as situações referidas nas alíneas c) e d) do número anterior;
- Certificado de habilitações;
- Curriculum vitae*, devidamente documentado, datado e assinado.

Os funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Avis ficam dispensados de apresentar os documentos solicitados nos pontos 1 e 2, desde que constem do respectivo Processo Individual.

12 — Nenhum dos métodos de selecção tem carácter eliminatório, constando todos os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada, conforme estabelecido na alínea g), n.º 1, artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11/07.

13 — O sistema de classificação final será o resultante da média aritmética simples das pontuações obtidas nas provas de selecção.

14 — A relação de candidatos e a lista de classificação final estarão disponíveis, para consulta, na Divisão de Administração Geral do Município de Avis, após cumprimento do disposto nos artigos 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11/07, ou publicadas no *Diário da República*, consoante o número de candidatos.

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o Município de Avis, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 de Agosto de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Maria Libério Coelho*.

300655463

Aviso n.º 22322/2008

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 12/08/2008, foi reclassificada na categoria de Técnica Superior de 2.º classe (Arquivo), a funcionária deste Município, Maria Emília Canas Lobato, Assistente Administrativa, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19/11, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 09/09, atento o previsto na alínea e) do artigo 2.º e alínea b), n.º 1 do artigo 5.º, ambos do já referido Decreto-Lei n.º 218/2000, de 09/09 e alínea e), n.º 1, artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28/07.

A funcionária deverá aceitar a nomeação dentro do prazo legal.

12 de Agosto de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Maria Libério Coelho*.

300655455

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**Aviso n.º 22323/2008**

Eng.º Francisco Soares Mesquita Machado, Presidente da Câmara Municipal de Braga:

Torna público que a Assembleia Municipal, em sessão de 27 de Junho do ano em curso, deliberou aprovar por maioria a alteração ao Plano de Pormenor de Tibães, sito Lugar da Eira, freguesia de Mire de Tibães, deste concelho, efectuadas ao nível do Regulamento, planta de implantação e de Condicionantes, que se anexa.

O referido Plano de Pormenor foi sujeito a discussão pública nos termos do n.º 4, do artigo. 77.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações.

Para constar e devidos efeitos mandei passar este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo.

21 de Julho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

Alteração ao Plano de Pormenor de Tibães**CAPÍTULO I****Disposições gerais****Artigo 1.º****Âmbito e Regime**

1 — O presente Regulamento estabelece as regras e orientações a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo, no âmbito do Plano de Pormenor de Tibães, que adiante se designa por Plano.

2 — As disposições contidas no presente Regulamento aplicam-se à área de intervenção do Plano, conforme delimitação constante na Planta de Implantação, cujos contornos coincidem com os limites da Quinta da Eira, na freguesia de Mire de Tibães, no concelho de Braga.

3 — A qualquer situação não prevista nas presentes disposições regulamentares aplica-se o disposto no Regulamento do Plano Director Municipal de Braga e na demais legislação vigente aplicável.

Artigo 2.º**Conteúdo Documental**

O presente Plano de Pormenor é constituído de acordo com a Portaria 138/2005 de 2 de Fevereiro, com os seguintes elementos:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Implantação;
- c) Planta de Condicionantes;

Documentos que acompanham o Plano:

- 1 — Relatório
- 2 — Peças Desenhadas:

Perfis Gerais do Campo de Golfe
Perfis longitudinais dos arruamentos
Perfis transversais tipo dos arruamentos

- 3 — Mapas de Ruído
- 4 — Programa de execução
- 5 — Plano de financiamento

Artigo 3.º**Definições****1 — Anexo**

Construção coberta, de um só piso, não incorporada no edifício principal e entendida como complemento funcional deste.

2 — Área Bruta de Construção

Valor expresso em m² resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extra dorso das paredes exteriores com exclusão de: sótãos não habitáveis, áreas destinadas a estacionamento e ou arrumos quando localizadas em cave, áreas técnicas, terraços, varandas e appendes.

3 — Área de Impermeabilização

Valor expresso em m², resultante do somatório da área de implantação das construções de qualquer tipo e das áreas de solo pavimentados com materiais impermeáveis, nomeadamente nos logradouros ou em espaços que propiciem o mesmo efeito, arruamentos, áreas de estacionamento e passeios.

4 — Área de Implantação

Valor expresso em m², do somatório das áreas resultantes da projecção no plano horizontal de todos os edifícios, incluindo anexos, mas excluindo varandas.

5 — Cércea

Dimensão vertical da construção, medida em metros lineares ou número de pisos, a partir do ponto de cota média do terreno marginal, no alinhamento da fachada, até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda de terraço, incluindo andares recuados mas excluindo acessórios: chaminés, casas de máquinas de ascensores, depósitos de água, antenas etc.

6 — Polígono de Implantação

Polígono que demarca a área de implantação do edifício.

7 — Polígono Máximo de Implantação

Perímetro que demarca a área dentro da qual pode ser implantada a construção dos anexos previstos para os lotes 16 a 20 inclusive.

8 — Lote

Área de terreno resultante de uma operação de loteamento licenciada nos termos da legislação em vigor.

9 — Campo de Golfe

Área afecta ao Campo de Golfe, composto por Área de jogo (englobando “Club House”, Anexo de Manutenção, “Driving Range”, “Tee’s” de Saída, “Fairways”, “Green’s”, “Rough”, “Bunker’s” de areia, espelhos de água, muros, etc) percurso de “Buguies” e áreas arborizadas envolventes, assinaladas dentro do lote.

a) “Club House”

Edificação de apoio aos jogadores de Golfe, dispondo de espaços para Serviços Administrativos, Sala de sócios, Sala de troféus, sala de estar, bar, cozinha e restaurante, balneários/vestiários separados por sexos, loja de produtos de golfe, parque de “Buguies”, depósito de sacos, gabinete técnico, balneários / vestiários de pessoal e arrecadações.

b) Anexo de Manutenção

Edificação para guarda e apoio aos trabalhos de manutenção agrícola do percurso de Golfe, composta por vários compartimentos destinados a:

Gabinete do “GreenKeeper”, Sala de Reuniões, Balneários / Vestiários do pessoal, refeitório, Garagem de equipamentos motorizados, oficina de reparações, armazéns de Óleos, Combustíveis, Ferramentas de corte, adubos e sementeiras, fitofarmacos, sala de afiamentos e um depósito de materiais de rega. No exterior deverá dispor de uma área para lavagem de equipamentos.

c) “Driving Range”

Área de Treino formada por uma zona de batida de bola com uma área frontal tratada com relva e simulação de buracos com bandeiras indicativas da distancia do local de batida.

d) “Tee” de Saída

Plataforma relvada com marcadores de posição para inicio de jogo em cada buraco.

e) “Fairways”

Área de jogo relvada, que medeia entre o “Tee” de saída e os “Greens” onde se encontram os buracos.

f) “Green”

Área de jogo, perfeitamente identificada pelo tipo de relva, envolvente de cada buraco.

g) “Rough”

Área de mato ou prado, não relvada, periférica aos recintos de jogo (“Tees”, “Fairways” e “Greens”).

h) “Bunker”

Bolsas de areia que constituem obstáculos para ampliação do grau de dificuldade do jogo.

CAPÍTULO II**Servidões administrativas e restrições de utilidade pública****Artigo 4.º****Âmbito e Regime**

1 — As servidões e restrições de utilidade pública são os seguintes:

- a) Reserva Ecológica Nacional
- b) Reserva Agrícola Nacional
- c) Zona “Non Aedificandi” de Protecção ao Mosteiro de Tibães.
- d) Zona Especial de Protecção ao Mosteiro de Tibães
- e) Zona de Protecção ao Aeródromo.

2 — A ocupação, o uso e a transformação do solo nas áreas abrangidas pelas servidões e restrições de utilidade pública, regem-se pela legislação aplicável.

Artigo 5.º

Ruído

1 — No presente Plano foram identificadas apenas áreas definidas como “Zonas Mistas”, que se encontram assinaladas na planta de condicionantes nos termos do DL 292/2000 de 14 de Novembro e o seu regime de ocupação é feito nos termos legais.

CAPÍTULO III

Disposições relativas aos lotes e parcelas

Artigo 6.º

Movimentos de Terras

1 — O Plano de Pormenor prevê a necessidade de correcção e adaptação topográfica dos terrenos de suporte ao Campo de Golfe.

2 — Os perfis constantes no Plano identificam esses movimentos privilegiando as acções que visam a melhor adaptação aos aspectos desportivos da modalidade e à configuração natural do terreno existente.

3 — Os acertos topográficos necessários à implantação do campo de golfe estão identificados nos perfis gerais do campo de golfe.

4 — São especialmente cuidadas as zonas de escavação e aterro com a preservação das espécies arbóreas existentes e plantação de novas espécies após a conclusão dos acertos topográficos.

5 — Todas as intervenções que impliquem alteração do subsolo, são objecto de análise prévia, do ponto de vista arqueológico, pelos serviços competentes do município.

Artigo 7.º

Implantação das construções

1 — A implantação das novas construções e das áreas de ampliação dos edifícios existentes só pode ser efectuada no interior do polígono máximo de implantação, definido no Plano, sem prejuízo do estabelecido no Regulamento Geral de Edificações Urbanas, respeitando as áreas de implantação para cada lote.

2 — São respeitadas as cotas de soleira proposta no Plano, das construções, para garantia da uniformidade volumétrica pretendida.

3 — O conjunto de construções existentes e destinadas à instalação do “Club House” do Golfe, devem ser objecto de recuperação e integrar de forma cuidada as novas construções de acordo com o prescrito no presente Regulamento.

Artigo 8.º

Logradouros

1 — Nos lotes habitacionais de moradias é admitida a construção de piscinas e anexos, sendo estes implantados apenas no interior da área correspondente aos polígonos máximos de implantação definidos na Planta de Implantação.

2 — Nos lotes 16 a 20, são admitidas construções de anexos, desde que cumpram os limites estipulados nos respectivos polígonos de implantação, bem como as áreas de implantação definidos no plano.

3 — Os anexos são constituídos apenas por um piso.

4 — Todos os anexos previstos devem obedecer a projecto integrado arquitectonicamente com a construção principal e devem fazer parte integrante do conjunto.

5 — Todas as áreas não ocupadas pelas construções, piscinas e restantes zonas impermeabilizadas previstas no plano são objecto de tratamento como espaços verdes.

Artigo 9.º

Muros e Vedações

1 — Não são admitidos muros de vedação não previstos no presente Plano.

2 — Os limites das parcelas criadas em projecto de loteamento devem ser delimitadas por cortinas arbóreas ou acidentes físicos do terreno, nomeadamente elevações ou linhas e espelhos de água.

Artigo 10.º

Estacionamento

1 — Ficam definidos 1.415 m² de estacionamento exterior, a que correspondem 110 lugares, distribuídos pela urbanização e Campo de Golfe (1.154 m² + 261 m²).

2 — O número de lugares previsto não deve prejudicar a construção obrigatória de garagens no interior dos lotes, para albergar o mínimo de três viaturas ligeiras por fogo, e contemplar ainda espaços de arrumos e arrecadação.

CAPÍTULO IV

Disposições relativas às edificações

Artigo 11.º

Usos e Funções

1 — O lote 1, destinado ao percurso de Golfe prevê a recuperação das construções nele existentes para instalação do “Club House” e a criação de uns anexos para manutenção do campo de Golfe, para albergar as funções descritas nas “Definições” do artigo 3.º do Capítulo I, do presente Regulamento.

2 — A recuperação da construção inserida no lote 2 é destinada a moradia unifamiliar.

3 — O lote 31 destina-se a equipamento recreativo e de lazer para apoio dos moradores.

4 — O lote 32 é destinado à recepção / Portaria da urbanização.

5 — Os 28 lotes restantes de 3 a 30, são destinados na sua totalidade a moradias unifamiliares não sendo prevista qualquer outra função para essas construções.

6 — As disposições urbanísticas a observar nas edificações correspondentes a construções propostas relativamente a cércas, tipologias, áreas de construção e usos são as expressas no quadro de caracterização anexo ao presente Regulamento e inscrito na Planta Síntese do Plano.

Artigo 12.º

Recuperação das construções na Zona “Non Aedificandi” de protecção ao Mosteiro de Tibães

1 — “Club House”

a) As construções existentes na Quinta da Eira são recuperadas para instalação do “Club House” do Campo de Golfe e Restaurante, mantendo a cerca existente de 6,70 ml.

b) Os elementos dissonantes, nomeadamente os armazéns de alfaías são demolidos e substituídos por um novo edifício totalmente enterrado no seu alçado Sul (voltado ao Mosteiro de Tibães).

c) A actual mancha de implantação não é ultrapassada.

d) As construções existentes devem ser objecto de projecto de recuperação, com a manutenção dos seus principais elementos construtivos, caracterizadores da sua imagem.

e) A Eira existente, em lajeado de granito, deve ser preservada, mantendo a actual morfologia e estereotomia.

Artigo 13.º

Construções de Apoio

1 — Anexos de Manutenção

a) O Plano definiu a implantação desta construção junto do “green” do Buraco 1

b) A construção é totalmente enterrada na sua fachada Nascente, voltada ao Mosteiro e bem como nas fachadas contíguas, libertando apenas as áreas de fachada necessárias às acessibilidades ao edifício.

2 — Portaria / Entrada da Urbanização

a) O controlo de acessos é efectuado por uma pequena construção destinada a Portaria de apoio ao Segurança do Parque, localizada no interior da Quinta junto do muro de vedação exterior, o que corresponde ao lote 32.

b) É uma construção discreta, recorrendo maioritariamente ao uso de panos de vidro e perfis metálicos, garantindo apenas a área necessária para instalação de apoio ao serviço de portaria/segurança da urbanização com uma área máxima de 20 m² e uma libecea máxima de 3,50 ml.

CAPÍTULO V

Equipamentos

Artigo 14.º

Regime

1 — São constituídos os seguintes equipamentos privados de carácter desportivo, de lazer e de apoio à urbanização, nomeadamente:

- a) No lote 1 é instalado um campo de golfe de 9 buracos com as respectivas estruturas de apoio.
- b) Recuperação do antigo moinho para equipamento recreativo e de lazer de apoio aos moradores (Lote 31).
- c) Criação de uma recepção/portaria no lote 32
- d) Criação de uma plataforma desportiva exterior polivalente (Lote 34).

CAPÍTULO VI

Áreas verdes

Artigo 15.º

Definição e Regime

1 — Estas áreas englobam todos os espaços verdes essenciais à valorização da paisagem, à manutenção dos ecossistemas naturais e ao enquadramento das áreas urbanizadas.

2 — Nestas áreas é expressamente proibida a deposição de lixo ou entulhos de qualquer tipo.

3 — Estes espaços são tratados e equipados de acordo com o programa estabelecido nas peças desenhadas e obedecem a projecto específico de arranjos exteriores.

4 — Os espaços verdes privados, correspondentes aos logradouros dos lotes, devem igualmente obedecer a projecto de paisagismo específico e a sua concretização é efectuada com a conclusão dos trabalhos de construção civil de cada lote.

5 — As obras inerentes a infra-estruturas públicas, nomeadamente redes de água, saneamento, electricidade, telefones e gás, serão objecto de contrato de concessão do domínio municipal, a celebrar entre os moradores e a Câmara Municipal de Braga, de acordo com a legislação em vigor.

CAPÍTULO VII

Execução do plano

Artigo 16.º

Cedências

Os espaços de cedência a efectuar na Quinta da Eira para criação do Parque Tibães Golfe estão identificados na planta de implantação e englobam nomeadamente áreas de arruamentos, passeios, estacionamento e espaços verdes de utilização colectiva, sem prejuízo do estabelecido pela Portaria 216-B/2008, de 3 de Março para efeito de taxas de compensação.

CAPÍTULO VIII

Disposições complementares

Artigo 17.º

Gestão das infra-estruturas, dos espaços verdes e de utilização colectiva

1 — A gestão das infra-estruturas e dos espaços verdes de utilização colectiva pode ser confiada aos moradores ou grupos de moradores, mediante a celebração com o município de acordos de cooperação ou de contratos de concessão do domínio municipal.

2 — Os acordos de cooperação podem incidir nomeadamente sobre os seguintes aspectos:

- a) Limpeza e higiene
- b) Conservação de espaços verdes existentes
- c) Manutenção dos equipamentos de recreio e lazer
- d) Vigilância da área, por forma a evitar a sua degradação.

3 — O contrato de concessão a celebrar com a Autarquia terá incidência sobre as infra-estruturas viárias previstas (arruamentos, passeios, estacionamento e mobiliário urbano) bem como sobre as áreas verdes de utilização pública exteriores aos lotes, e aos equipamentos cuja cons-

trução está previsto no Plano, nomeadamente a recuperação do moinho, a portaria, o recinto de jogos e os espelhos de água, sem prejuízo da legislação aplicável.

CAPÍTULO IX

Disposições finais

Artigo 18.º

Norma revogatória

1 — São revogadas as disposições do Plano Director Municipal, publicados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2001, de 4 de Janeiro por deliberação da Assembleia Municipal de Braga de 21 de Dezembro de 2004 na área do Plano de Pormenor.

Artigo 19.º

Alterações à legislação e omissões

1 — Quando a legislação em vigor mencionada no presente Regulamento for alterada, as remissões expressas que para ela se fazem, considera-se automaticamente transferida para a nova legislação.

2 — A qualquer situação não prevista nas presentes disposições regulamentares aplicar-se o disposto na demais legislação vigente.

Artigo 20.º

Vigência

O Plano entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*, podendo ser revisto de acordo com o artigo n.º 95 do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, sempre que a evolução das perspectivas de desenvolvimento económico e social o determine.

CAPÍTULO X

Quadro sinóptico

LOTES			Área de Impermabilização (m²)						
Nº	Função	Área (m²)	Implantação			Logradouro	Total	Índice	
			Construção Principal	Anexos	Índice				
1	Campo de Golfe	244.195	1.500	969	0,01	11.741 *	14.210	0,06	
2	Habitação	9.323	451		0,05	1.580 **	2.011	0,22	
3	Habitação	1.180	370		0,31	320 ***	690	0,58	
4	Habitação	2.133	370		0,17	320 ***	690	0,32	
5	Habitação	1.547	370		0,24	320 ***	690	0,45	
6	Habitação	1.426	370		0,26	320 ***	690	0,48	
7	Habitação	1.490	370		0,25	320 ***	690	0,46	
8	Habitação	1.550	370		0,24	320 ***	690	0,45	
9	Habitação	1.956	370		0,19	320 ***	690	0,35	
10	Habitação	1.564	450		0,29	140 ***	590	0,38	
11	Habitação	1.292	450		0,35	140 ***	590	0,48	
12	Habitação	1.286	450		0,35	140 ***	590	0,46	
13	Habitação	1.315	450		0,34	140 ***	590	0,45	
14	Habitação	1.173	450		0,38	200 ***	650	0,55	
15	Habitação	2.047	390		0,19	290 ***	680	0,33	
16	Habitação	2.800	390	100	0,19	440 ***	930	0,36	
17	Habitação	2.768	390	100	0,18	440 ***	930	0,34	
18	Habitação	2.577	390	100	0,19	440 ***	930	0,36	
19	Habitação	2.652	390	100	0,18	440 ***	930	0,35	
20	Habitação	3.208	390	100	0,15	440 ***	930	0,29	
21	Habitação	1.188	370		0,31	200 ***	570	0,48	
22	Habitação	1.395	370		0,27	200 ***	570	0,41	
23	Habitação	1.375	370		0,27	200 ***	570	0,41	
24	Habitação	1.384	370		0,27	200 ***	570	0,41	
25	Habitação	1.422	370		0,26	200 ***	570	0,40	
26	Habitação	1.497	370		0,25	200 ***	570	0,38	
27	Habitação	1.553	370		0,24	320 ***	690	0,44	
28	Habitação	1.446	370		0,26	320 ***	690	0,48	
29	Habitação	1.350	370		0,27	320 ***	690	0,51	
30	Habitação	1.332	370		0,28	320 ***	690	0,52	
31	Equipamento Recreativo e de Lazer para apoio dos moradores	1.691	392		0,23	504 **	896	0,53	
32	Recepção/Portaria	32	20		0,63	12 ****	32	1,00	
33	Espaço Verde de Utilização Colectiva	7.248				770 *****	770	0,11	
34	Espaço Verde Equip. de Utilização Colectiva	7.070				1.055 *****	1.055	0,15	
35	Espaço Verde de Utilização Colectiva	954				93 *****	93	0,10	
Total			318.219	13.243	1.469	23.795	38.417		

* Inclui arruamento, estacionamento, passeios, percursos e eira.

** - Inclui percursos e pátios

*** - Inclui piscinas e pátios

**** - Inclui pátios

***** Inclui passeios, percursos e zonas de estar

N.º LOTE	Áreas de Construção (m²)					Índice
	Habitação	Garagem / Arrumos	Equipamentos	Anexos	Área bruta total de Construção	
1			1.800	969	2.769	0,01
2	700				700	0,08
3	500	100			600	0,51
4	500	100			600	0,28
5	500	100			600	0,39
6	500	100			600	0,42
7	500	100			600	0,40
8	500	100			600	0,39
9	500	100			600	0,31
10	500	100			600	0,38
11	500	100			600	0,46
12	500	100			600	0,47
13	500	100			600	0,46
14	500	100			600	0,51
15	600	100			700	0,34
16	500	100		100	700	0,27
17	500	100		100	700	0,25
18	500	100		100	700	0,27
19	500	100		100	700	0,26
20	500	100		100	700	0,22
21	500	100			600	0,51
22	500	100			600	0,43
23	500	100			600	0,44
24	500	100			600	0,43
25	500	100			600	0,42
26	500	100			600	0,40
27	500	100			600	0,39
28	500	100			600	0,41
29	500	100			600	0,44
30	500	100			600	0,45
31			230		230	0,14
32			20		20	0,63
33						
34						
35						
Total	14.800	2.800	2.050	1.469	21.119	

Nº LOTE	Cerceas						Total de Pisos
	Volume de Construção m²	Cota de Soleira	Abaixo cota soleira	Acima cota soleira		nº fogos	
			Pisos	mli	pisos		
1	19.752	106,75	1	6,7	1		Cv+ R/C
2	3.383	109,00		7,5	2	1	R/C+ 1
3	3.145	88,15		8,5	2	1	R/C+ 1
4	3.145	86,65		8,5	2	1	R/C+ 1
5	3.145	85,90		8,5	2	1	R/C+ 1
6	3.145	85,35		8,5	2	1	R/C+ 1
7	3.145	84,85		8,5	2	1	R/C+ 1
8	3.145	84,35		8,5	2	1	R/C+ 1
9	3.145	83,65		8,5	2	1	R/C+ 1
10	3.600	83,00	1	5	1	1	Cv+ R/C
11	3.600	82,50	1	5	1	1	Cv+ R/C
12	3.600	82,20	1	5	1	1	Cv+ R/C

Nº LOTE	Cerceas						
	Volume de Construção m³	Cota de Soleira	Abaixo cota soleira	Acima cota soleira		nº fogos	Total de Pisos
			Pisos	mli	pisos		
13	3.600	82,10	1	5	1	1	Cv+ R/C
14	3.600	82,10	1	5	1	1	Cv+ R/C
15	4.290	83,10	1	8	2	1	Cv+ R/C+ 1
16	3.920	84,90		8	2	1	R/C+ 1
17	3.920	86,70		8	2	1	R/C+ 1
18	3.920	88,50		8	2	1	R/C+ 1
19	3.920	90,30		8	2	1	R/C+ 1
20	3.920	92,10		8	2	1	R/C+ 1
21	3.145	92,25		8,5	2	1	R/C+ 1
22	3.145	90,50		8,5	2	1	R/C+ 1
23	3.145	88,55		8,5	2	1	R/C+ 1
24	3.145	86,60		8,5	2	1	R/C+ 1
25	3.145	84,65		8,5	2	1	R/C+ 1
26	3.145	83,40		8,5	2	1	R/C+ 1
27	3.145	83,25		8,5	2	1	R/C+ 1
28	3.145	84,85		8,5	2	1	R/C+ 1
29	3.145	86,45		8,5	2	1	R/C+ 1
30	3.145	88,05		8,5	2	1	R/C+ 1
31	2.156	76,00		5,5	1	1	R/C
32	70	94,00		3,5	1	1	R/C
33	0						
34	0						
35	0						
Total	120.716						

N.º LOTE	Confrontantes			
	Norte	Nascente	Sul	Poente
1	Lotes 20, 21, 27 a 30 e Arruamento	Lote 2 e Caminho Público	Maria Margarida Guimarães Vieira de Araújo, José Oliveira Peixoto, Manuel Loureiro Duarte, Francisco Fernandes da Silva e António Fernandes da Silva	Lotes 21 a 26, Francisco Martins e Francisco Sá Malheiro
2	Arruamento	Espago Público	Caminho Público	Lote 01
3	Lote 4	Lote 33 e Arruamento	Lote 33	Lote 04
4	Arruamento	Lote 03 e Arruamento	Lote 33	Lote 05
5	Arruamento	Lote 04	Lote 33	Lote 06
6	Arruamento	Lote 05	Lote 33	Lote 07
7	Arruamento	Lote 06	Lote 33	Lote 08
8	Arruamento	Lote 07	Lote 33	Lote 09
9	Arruamento	Lote 08	Lote 33	Arruamento
10	Caminho Público	Arruamento	Lote 11	Caminho de Serviço
11	Lote 10	Arruamento	Lote 12	Caminho de Serviço
12	Lote 11	Arruamento	Lote 13	Caminho de Serviço
13	Lote 12	Arruamento	Lote 14	Caminho de Serviço
14	Lote 13	Arruamento	Lote 31 e Espago Público	Caminho de Serviço
15	Lote 31	Arruamento	Lote 16	Teresa Helena de Oliveira Ferreira
16	Lote 15	Arruamento	Lote 17	Teresa Helena de Oliveira Ferreira
17	Lote 16	Arruamento	Lote 18	Lote 01
18	Lote 17	Arruamento	Lote 19	Lote 01
19	Lote 18	Arruamento	Lote 20	Lote 01
20	Lote 19	Arruamento	Lote 01	Lote 01
21	Lote 22	Lote 01	Lote 01	Arruamento
22	Lote 23	Lote 01	Lote 21	Arruamento
23	Lote 24	Lote 01	Lote 22	Arruamento
24	Lote 25	Lote 01	Lote 23	Arruamento
25	Lote 26	Lote 01	Lote 24	Arruamento
26	Espago Público	Lote 01	Lote 25	Arruamento
27	Arruamento	Lote 28	Lote 01	Espago Público
28	Arruamento	Lote 29	Lote 01	Lote 27
29	Arruamento	Lote 30	Lote 01	Lote 28
30	Arruamento	Lote 01	Lote 01	Lote 29
31	Lote 14	Arruamento e Espago Público	Lote 15	Teresa Helena de Oliveira Ferreira
32	Arruamento	Arruamento	Arruamento	Arruamento
33	Lotes 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09	Lote 03 e Arruamento	Arruamento	Arruamento
34	Caminho Público	Espago Público	Arruamento	Arruamento e Lote 10
35	Arruamento	Arruamento	Arruamento	Arruamento

